

**ADITAMENTO À PAUTA Nº 19
(EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão de 30 de maio de 2007**

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 19/2007 - Plenário, para apreciação na Sessão Extraordinária Reservada a se realizar no dia 30/5/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe IV - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS.

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC-006.256/1997-0 (com 12 volumes)
Natureza: Tomada de contas especial
(HAVERÁ DEFESA ORAL)

Advogados constituídos nos autos: Ângelo Altoé Neto (OAB/BA 7.410); Antônio Pedro da Silva Machado (OAB/SC 7.459); Edino Cezar Franzio de Souza (OAB/SP 113.937); Herbert Leite Duarte (OAB/DF 14.949); Marcelo Vicente de Alkmim Pimenta (OAB/MG 62.949); Orival Grahl (OAB/SC 6.266); Solon Mendes da Silva (OAB/RS 32.356); Vitor Augusto Ribeiro Coelho (OAB/DF 3.364) (SUSTENTAÇÃO ORAL); Gilberto Eifler Moraes (OAB/RS 13.637) (SUSTENTAÇÃO ORAL); João Otávio de Noronha (OAB/MG 35.179); Izaías Batista de Araújo (OAB/GO 5.422); Marco Antônio Marques Atie (OAB/DF 13.904) e Clóvis Polo Martínez (OAB/DF 12.701).

Interessado na sustentação oral:
Vitor Augusto Ribeiro Coelho, OAB/DF 3364.

Classe VII -DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPE-TÊNCIA DO PLENÁRIO.

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC-013.898/2007-4
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 25 de maio de 2007.
IVO MUTZENBERG
Secretário das Sessões

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 217, DE 25 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. MARCO AURÉLIO

ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2006 A ABRIL/2007**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	MAIO/2006 A ABRIL/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO-CESADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	115.091	127	115.218
Pessoal Ativo	81.120	127	81.247
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	4.538	-	4.538
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	76.583	127	76.710
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.970	-	33.970
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	48.386	-	48.386
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	4.538	-	4.538
Despesas de Exercícios Anteriores	17.097	-	17.097
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.752	-	26.752
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	66.705	127	66.832
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)¹			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,018702
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - %	0,043969		157.127
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - %	0,041770		149.269

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ - Valores referentes à Portaria STN nº 298, de 16/05/2007.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados R\$ 9.804 mil concernentes à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias). Desse valor, R\$ 9.571 mil referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União).

ATHAYDE FONTOURA FILHO
Diretor-Geral

ANTÔNIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

JUCEMARA CASTRO VELLOSO
Secretária de Planejamento, Orçamento,
Finanças e Contabilidade

Min. MARCO AURÉLIO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 77, DE 24 DE MAIO DE 2007

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no uso de suas atribuições regimentais (art. 19, incisos XVI e XLI), tendo em vista o disposto nos artigos 18, § 2º, 54, caput, inciso III e parágrafo único e 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

I - tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007;

II - esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SAMOEL EVANGELISTA

ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2006 A ABRIL/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	MAIO/2006 A ABRIL/2007		
	LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NÃO COMPUTADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.888	314	19.202
Pessoal Ativo	17.324	314	17.638
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	17.324	314	17.638
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.564		1.564
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.234		2.234
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	807		807
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.427		1.427
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III)=(I-II)	16.654	314	16.968
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)¹			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,004748
LIMITE MÁXIMO (Incisos I,II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,008454			30.211
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,008031			28.700

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹Valores referentes à Portaria STN nº 298, de 16/05/2007.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados R\$ 2.123 mil concernentes à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias). Desse valor, R\$ 2.099 mil referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União)

Des. SAMOEL EVANGELISTA
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

WENDELSON MENDONÇA DA CUNHA
Secretário de Administração

ALTAMIRO DANTAS CRUZ
Coordenador de Controle Interno

ANTÔNIA GEANNE ARAÚJO DE SOUSA
Coordenadora de Orçamento e Finanças